

DIFICULDADES DA SUINOCULTURA

Criadores enfrentaram preços baixos e febre aftosa.

A suinocultura paranaense termina 1993 com um saldo não muito positivo. Desde o começo do ano os preços recebidos pelos criadores ficaram abaixo dos custos de produção - o mercado só começou a reagir a partir de meados de novembro - e para piorar, a ocorrência de 20

focos de febre aftosa no Oeste do Estado repercutiu negativamente nas exportações. O presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores (APS), Henrique Pedro Nesello, está preocupado e acha que 1994 vai ser um ano difícil já que vai ser preciso trabalhar bastante para recuperar o que foi perdido.

Segundo o presidente da APS o preço do quilo do suíno vivo se manteve entre 70 a 80 centavos de dólar, que também foi o valor do custo de produção. "O produtor acabou perdendo dinheiro e só começou a ter um pequeno lu-

cro em novembro quando o preço passou para 90 centavos de dólar", afirma. Segundo ele, as cotações se mantiveram em patamares baixos por que a oferta foi maior que a demanda. Isto em função do baixo poder aquisitivo do consumidor, que não consegue adquirir um produto, que é industrializado e, por isso, considerado caro.

O rebanho de suínos do Paraná registrou uma queda nos últimos dois anos de 7 milhões para 4 milhões de cabeças. Muitos criadores deixaram a atividade, mas em compensação o setor se modernizou e investiu pesado na produtividade. Passou a conquistar mercados da Europa, Hong Kong e principalmente argentino. Foi a saída para desovar o excedente da produção.

E agora, mesmo com o controle dos focos de febre aftosa, Pedro Nesello acredita que a imagem da produção estadual só vai ser recuperada de um a dois anos. Disse ainda que a Argentina acabou conseguindo um motivo para embargar a entrada da carne suína paranaense e assim atender as reivindicações dos criadores que exigiam medidas protecionistas.

Se o mercado externo vai ser duro de ser conquistado, o presidente da APS espera que pelo menos o Plano FHC dê certo. Acabe com a inflação e reestabeleça o poder de compra dos brasileiros. Afinal, o Brasil tem um "grande potencial" de consumo.

Pretexto argentino

A suspensão das importações de suínos pela Argentina tem gerado polêmica. O governo daquele país alega que o motivo para barrar a entrada da carne brasileira é a febre aftosa que atinge o oeste do Paraná. Porém, segundo Felisberto Batista, chefe do Departamento de Fiscalização Animal da Seab, "isso é uma barreira comercial, e não tarifária". "Eles não têm embasamento técnico para tomar essa medida, já que não há perigo sanitário, pois nós mesmos restringimos a saída de animais doentes para outros estados e países", acrescenta Batista.

Atualizando o posicionamento da Seab, existe uma portaria do Ministério da Agricultura, baixada no último dia 13 de dezembro, que declara controlada a febre aftosa nos estados da Região Sul e considera toda a área em processo progressivo de erradicação da doença.

As autoridades brasileiras envolvidas na questão têm certeza de que a Argentina está usando a febre aftosa como pretexto para proteger seus suinocultores contra a entrada maciça do produto brasileiro - melhor e mais barato - no mercado argentino.

O Paraná estava há 22 meses sem ocorrências de febre aftosa e, se completasse 24 meses, poderia pleitear a posição de "área livre com vacina", o que representaria um grande ganho com as exportações, além da ampliação dos mercados consumidores, como Estados Unidos e Japão.

No exterior, os produtos oriundos de áreas não afetadas, como a Austrália, por exemplo, valem três vezes mais do que se paga atualmente pelos suínos e derivados do Brasil.

Quanto ao mercado interno, a previsão é de que haja uma retração no setor a partir de janeiro. Como as exportações, que representavam aproximadamente 5% da produção do estado, estão bloqueadas, esse excedente fica sem vazão e pode provocar uma queda no preço de suínos e derivados.

FLECKVIEH POTENCIAL

Legítima representante da genética austríaca SÊMEN, EMBRIÕES E ANIMAIS P/ REPRODUÇÃO MORELO, PROLI, MUJG, MARTIN II, PASTA, MAIK e muito mais

Av. Rio Branco, 139 - Fone/Fax (0442) 24-6327 Cep 87015-380 Maringá - Paraná - Brasil

ANO DIFÍCIL PARA SETOR LEITEIRO

Leite teve fraco consumo e preços baixos.

Caso não houvesse crise econômica, que achatou o poder de compra do consumidor, haveria neste momento uma falta muito grande do produto, pois o volume disponível não atende a necessidade mínima da população".

A opinião é do presidente da Confederação das Cooperativas Produtoras de Leite do Paraná (Confepar), Otaviano de Oliveira Ribeiro. Segundo ele, devido às oscilações naturais da atividade e à situação econômica do País fica até difícil fazer previsões para o futuro.

Ao fazer uma análise da atividade nas últimas décadas, o presidente da Confepar informa que a produção leiteira no Brasil teve um aumento não muito significativo. Passou de 11.662 milhões de litros em 1980 para 15.300 milhões de litros em 1992. A disponibilidade per/capita aumentou menos: 8,9% em 10 anos.

Enquanto na Comunidade Econômica Europeia o consumo per capita de leite está em 102 litros, no Brasil a média fica em apenas 25 litros ao ano. Além disso, a produtividade média brasileira está bem abaixo da registrada nos outros países produtores.

De acordo com o presidente da Confepar, o setor passa por um período difícil, pois há problemas de colocação do produto nos mercados, o que provoca remuneração ao produtor abaixo do desejado. "Os produtores menores, que não

possuem escala econômica para qualquer outro tipo de ação, apenas têm como solução reclamar da estrutura que comercializa seu leite.

Já os grandes começam a explorar a faixa mais rentável do mercado que tem sido o leite envasado. Eles tentam organizar mini-laticínios com graus diferentes de sofisticação e estão partindo para a venda direta ao consumidor", afirma.

Para Otaviano Ribeiro, o grande motivo de tudo isso tem sido a diferença entre o preço possível de ser pago ao produtor conforme as diferentes utilizações dadas ao produto. "No mês de dezembro tivemos um variação entre CR\$ 80,00 por litro quando o leite é colocado no mercado como fluido até CR\$ 30,00 quando o mesmo leite é utilizado na fabricação de queijos", afirma.

A indústria paranaense, segundo ele, utiliza em média 50% do leite para a industrialização de derivados, o que acaba gerando uma menor capacidade de remuneração para o setor.

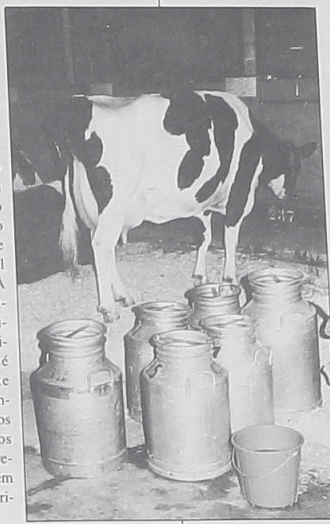
PERSPECTIVAS

Caso na safra 93/94 o consumo continue baixo, o consumidor terá uma oferta abundante e, neste caso, o presidente da Confepar acredita que os preços reais para o setor devem diminuir e não será possível a correção inflacionária. "As regiões produtoras que possuem grande quanti-

dade de leite em excesso tendem a enviá-lo na forma de queijos e de leite UHT aos maiores mercados consumidores, provocando a queda do preço do leite", afirma.

Como a redução do preço pago tem um limite mínimo fixado pela sobrevivência do fornecedor, o corte de gastos será inevitável para as indústrias. A saída tem sido a concentração de indústrias que saem fortalecidas. Mas para José Otaviano "somente isto não será suficiente para oferecer preços mais compensatórios ao produtor, pois é preciso fortalecer também o setor produtivo primário", enfatiza.

Para o presidente da Confepar está ocorrendo uma redução do número de produtores e indústrias do setor que deverá continuar até que haja um equilíbrio entre a oferta e a procura. E alerta: "Só permanecerão na atividade aqueles que tiverem seu custo de produção adequado ao valor recebido".



Brasileiro consome pouco leite.

ACORDO DO ARCO-ATLÂNTICO

Convênio entre criadores de Charolês

MARISE HELEINE

Um dos mais importantes acontecimentos internacionais do setor pecuário em 1993, foi a assinatura do Acordo do Arco-Atlântico, envolvendo as associações de criadores de Charolês de quatro países.

Assinado em novembro do ano passado, na cidade francesa de La Roche-sur-Yon, o acordo envolve a França, a Inglaterra, o Canadá e o Brasil tendo em vista as principais exposições desses países, como a Exposul Internacional, na Grande Curitiba, o Royal Show, em Londres (Inglaterra), o National Annual, de Quebec (Canadá) e o Salón Charolais de La Roche-sur-Yon.

Já a partir deste ano, as principais exposições agropecuárias do Brasil vão trazer o selo Arco-Atlântico, onde haverá a representação de, pelo menos, duas pessoas de cada país envolvidas no convênio. Além da troca de experiências entre criadores, haverá intercâmbios técnicos,

movimentos conjuntos no sentido de quebras de barreiras entre países e até promoções de 20 a 30% nos negócios realizados.

Segundo Nádia Martins, Coordenadora de Eventos e Relações Internacionais da Associação Paranaense de Criadores de Charolês (APCC) e Relações Internacionais da Associação Nacional dos Criadores "Herd Book Collares" (ANC - Collares), que assinou o acordo representando o Brasil, "tudo isso é feito pelo engrandecimento da raça Charolês".

CRESCIMENTO

Nádia Martins explica que "é um entendimento que prevê - principalmente - uma mudança de mentalidade entre os criadores". Para ela, "no momento em que você percebe que as necessidades do Brasil, da Inglaterra, do Canadá, são diferentes, por exemplo, das necessidades da França, você começa a ter uma visão mundial do Charolês em vez de uma visão nacional,

ou mesmo local".

A diretora da APCC diz que uma das grandes carências do criador, seja ele brasileiro ou internacional, é a falta de intercâmbio dessa ordem. "Na França, por exemplo, ele não conhece brasileiros, nunca ouviu o português, só sabe que o Brasil tem carnaval, futebol. Não tem ideia da grandeza de um país como o Brasil. A partir desse conhecimento, ele passa a crescer, inclusive pela diferença".

A importância deste acordo internacional para o Brasil, segundo Nádia Martins, é que "ainda que o país não seja respeitado pela sua exuberância técnica, ele fatalmente é respeitado como uma "potência em potencial", que tem um grande futuro pela frente". Ela explica que se pensarmos no rebanho de 90 milhões de cabeças de zebuínos existentes no Brasil e na necessidade de um cruzamento eficiente para se transformar em carne de primeira qualidade, o charolês fatalmente será presença obrigatória.

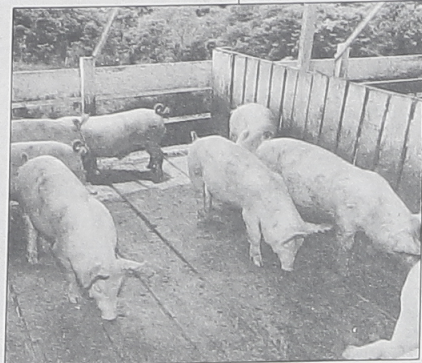
PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL



A Sanepar leva saúde ao homem do campo.



SANEPAR



Suinocultura: preços baixos e febre aftosa.

Paraná tem problemas com a febre aftosa

O surto de febre aftosa, notificado há aproximadamente 40 dias no oeste do Paraná, continua gerando problemas para os setores de produção e comercialização de suínos e derivados.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) informa que os focos da doença, localizados também na região sudoeste, estão sob controle e que, em pouco tempo, o problema será "totalmente sanado".

Apesar de todas as providências tomadas no combate e isolamento das áreas infectadas, o mercado exportador de carne suína permanece em grande parte bloqueado, já que a Argentina ainda não reabriu suas fronteiras para a entrada do produto brasileiro.

Existem atualmente 28 focos de febre aftosa no estado, dos quais 18 já foram eliminados. O surto está sendo combatido através do sacrifício dos animais doentes nas propriedades, por meio da vacinação periferica e fiscalização rigorosa da carne que circula em todo o estado.

Os animais sadios são abatidos e comercializados.

Segundo números oficiais, foram sacrificados até agora 2.375 suínos e 70 bovinos. Os bovinos são menos contaminados em virtude da vacinação periódica a que devem ser submetidos, porém, nos suínos essa medida não é normalmente adotada, porque a aplicação da vacina, feita no lombo e no pernil, estraga cortes nobres do animal.

Os suinocultores que tiveram suas propriedades atingidas pela febre aftosa estão sendo indenizados por animal sacrificado. Para isso foi criado, por iniciativa da Associação Paranaense dos Suinocultores (APS), um fundo financeiro para indenização.

A proposta da Seab é a de recolher 500 gramas de carne por suíno abatido - 250 gramas do produtor e a outra metade da indústria - mas Péricles Pessoa Salgado, diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Carne do Paraná (Sindicame), é contra essa cota por considerá-la muito alta. Até o fechamento desta edição, as cotas ainda não tinham sido definidas.